

ACESSIBILIDADE URBANA PARA PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA

TEODORO, Lidiane de Oliveira¹.

¹Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva/SP – FAIT

CARDOSO, Hugo Esteves²

²Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva/SP – FAIT

RESUMO

Este trabalho tem como princípio apresentar um estudo em relação à acessibilidade para pessoas com qualquer tipo de mobilidade reduzida, uma das grandes preocupações na arquitetura e engenharia é a acessibilidade, pois ela está diretamente ligada ao se fornecer as mais confortáveis condições para as pessoas com pouca mobilidade, e assim se ter uma melhor utilização, mais segura confortável e com mais autonomia podendo ela ser total ou juntamente assistida, tanto em lugares privados, públicos e coletivos. Fazendo com que as pessoas se sintam mais independente e que não haja nem um tipo de constrangimento a pessoa, pois a acessibilidade é a qualidade de vida, tornando tudo mais acessível. Sabendo que em meio a tantas tecnologias ainda não há tantos lugares acessíveis que acaba levando a exclusão da pessoa com pouca mobilidade, é com esse intuito que essa pesquisa apresenta que há como ter lugares mais acessíveis, conforme a norma e legislação determina, pois a acessibilidade é um direito que deve ser fornecido pelos os órgãos públicos e também privados, com isso buscando melhorias e mudanças nas condições de acesso aos espaços.

Palavras-chave: Acessibilidade, segurança, direitos, qualidade de vida.

ABSTRACT

This work has as principle to present a study in relation to accessibility for people with any type of reduced mobility, one of the major concerns in architecture and engineering is accessibility, as it is directly linked to providing the most comfortable conditions for people with little mobility, and thus have a better use, safer, comfortable and with more autonomy and it can be fully or together assisted, both in private, public and collective places. Making people feel more independent and that there is no type of constraint to the person, because accessibility is the quality of life, making everything more accessible. Knowing that in the midst of so many technologies there are still not so many accessible places that ends up leading to the exclusion of this person with little mobility, and with this purpose that this research shows that there are ways to be accessible places and according to the norms and legislation determines, because accessibility is a right that must be provided by public and also private bodies, thereby seeking improvements and changes in the conditions of access to spaces.

Keywords: Accessibility, security, rights, quality of life.

1. INTRODUÇÃO

Segundo SAAD (2011), todo cidadão tem o direito de ser ter acesso aos espaços, seja eles públicos ou privados, as edificações, aos meios de transportes e a todo sistema de sinalização, tudo isso para ter melhores condições de segurança, autonomia e utilização.

De acordo com Araújo (2003), independente de toda evolução que se foi obtida com o passar dos tempos, tem muita coisa que ainda precisa ser feita para que haja acessibilidade. A arquitetura e a engenharia tem um papel fundamental em relação a acessibilidade para as pessoas com deficiência ou alguma mobilidade reduzida.

Segundo Torres (2006), as pessoas podem sim ter a mobilidade reduzida, independente da idade, estatura, ou até mesmo de sua condição de saúde, muitas vezes o trajeto de casa para o trabalho pode ocasionar um transtorno para pessoas com deficiência tudo isso porque há alguns obstáculos no caminho, barreiras arquitetônicas que acabam atrapalhando o deslocamento, e até mesmo causando o impedimento da utilização das estruturas urbanas.

De acordo com Saad (2011), quando se configura o espaço, as edificações e todos os equipamentos que serão acessíveis, ou muitas vezes fazer modificações para torná-los acessíveis, tudo isso precisa de um levantamento para saber as necessidades físicas e limitações que o usuário possa ter.

Conforme a NBR 9050, são apresentados parametros antropométricos que se refere ao deslocamento e ao alcance, seja para pessoas em pé, quanto em cadeiras de rodas, que é obrigatório conterem em projetos, para garantir a acessibilidade. Para apresentar as dimensões referenciais, levando-se em conta em média 90% da população brasileira, e assim deve se considerar a medidas entre 5% a 95% da população, sendo assim temos os extremos que são correspondentes a mulheres e homens de baixa estatura ou estatura elevada (ABNT, 2004).

De acordo a NBR 9050, uma pessoa com incapacidade física aponta algum tipo de redução, alguma limitação ou tem inexistências de mobilidade e de utilização dos espaços, de

edificações, do uso de equipamentos urbanos (ABNT, 2004).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Pode-se definir como acessibilidade toda a possibilidade e suas condições para alcance e sua percepção ao entendimento para usar com segurança e autonomia toda e qualquer edificação, espaço ou equipamentos urbano, e elementos de pessoas com deficiência (ABNT, 2004).

“Acessibilidade é a facilidade, em distância, tempo e custo, de se alcançar, com autonomia, os destinos desejados na cidade.” (BRASIL, 2006).

A mobilidade é um atributo de se movimentar, devido as suas condições físicas e também econômicas, tendo como seus atributos uma conexão a pessoas e aos seus bens, levando em conta as dimensões do espaço urbano e a complexidade de atividades nelas desenvolvidas. (BRASIL 2006, p.19).

De acordo com (BRASIL, 2006), a mobilidade urbana é considerado como o atributo das cidades referente a facilidade do deslocamento das pessoas e bens em todo o espaço urbano. Esse deslocamento é feito por meio de veículos, vias, calçadas e outros, permitindo o ir e vir no dia-a-dia. Sendo tudo consequência da interação e do deslocamento de pessoas e bens da cidade.

Hoje em dia no Brasil, para ter uma garantia da acessibilidade a pessoas com deficiência ou a mobilidade reduzida, há leis específicas sendo elas federal, estadual e municipal, e também há recomendações e normas técnicas para serem seguidas, sabendo que são recentes e podem ser implantadas e passar por modificações com o tempo. (SAAD, 2011).

Em 1975 foi aprovado pela ONU a Resolução nº2542, que declara os direitos das pessoas portadoras de deficiência, sugerindo algumas medidas para serem tomadas nacionalmente e internacionalmente, tendo o objetivo de garantir a proteção dos direitos. (SAAD, 2011).

Devido à promulgação da Constituição Federal de 1998, há uma diversidade de

direitos em relação às pessoas com insuficiências físicas que foram garantidos. Tendo como exemplo a o Artigo 5º garantindo o direito de ir e vir. Com a ocorrência desse acontecimento outras leis foram criadas. (SAAD, 2011).

Em 2000 as leis federais 10.048 e 10.098 que foram publicadas. Tem a primeira lei que relata a respeito ao atendimento preferencial e acessibilidade em meios de transportes. Já na segunda lei diz sobre a acessibilidade no meio físico, transportes, na comunicação e informação. Depois de quatro anos, essas leis foram regimentada no decreto nº5.296. (SAAD, 2011).

Normas Técnicas - ABNT

É através das normas técnicas que são definidos os padrões para regularização, garantindo assim a qualidade, e o reaproveitamento dos produtos e processos, a segurança, determinando limites aos estabelecimento, e em relação a manutenção da qualidade. (BRASIL, 2006).

A respectiva norma de acessibilidade nas edificações, mobiliário e de equipamentos urbanísticos, NBR 9050, foi concedida em 1985, por meio da Associação Brasileira de Normas Técnicas, sofrendo algumas revisões, anualmente em 1994 e no ano de 2004.

Essa temática encontrada na norma originou uma ferramenta técnica para os profissionais, arquitetos, engenheiros e projetistas, tendo como um modelo para se projetar e assim executar, seguindo a acessibilidade universal para os espaços urbanos. (ABNT, 2004). O tipo de cobertura é construído para determinados tipos de coberturas, nas quais é para atenuar os efeitos das águas pluviais nas redes públicas. Para esse tipo de cobertura usam-se espécies do tipo rústica e rasteiras, tipo grama e forrações que não necessitam de manutenções constantes, apenas em determinados período onde se encontra uma seca maior.

Desenho universal

Essa técnica é caracterizada pela concepção das cidades, também se empregando na criação dos espaços, tendo como prioridade a igualdade e bem estar na sua utilização, introduzindo o PNE. (BRASIL, 2006).

Segundo a (ABNT, 2004 p.3), “desenho universal é aquele que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais na população.”

O desenho universal concede padrões dimensionais de uso, e também para manipulação dos objetos, prevendo a relação de quantidade de pessoas a serem atendidas em determinado local com autonomia, independente da situação físicas. (BALERA, 2008).

Comunicação e sinalização

Segundo a (ABNT, 2004 p.16), para se comunicar há diversas maneiras seja ela, visual por meio de figuras e textos, efetuada através de relevo, escrita em braile, sonora por meio de métodos auditivos.

Na sinalização, é muito utilizado em áreas em que já se tenha uma função definida, mostrando os diferentes espaços, sendo direcional para assim indicar um caminho, emergencial mostrando rotas de fugas e também as saídas de emergência, e a sinalização provisória indicando averiguações inconstantes que poderão ser mudadas frequentemente. (TORRES, 2006).

Símbolos

Os símbolos abrangem as informações necessárias, mostrando a acessibilidade por meio de representações, Segundo Martins (2010), devido ao superaquecimento de superfícies e edifícios no verão, esse aquecimento são ocasionados por ondas térmicas, tudo isso auxilia na produção e movimentação de poeiras e sujeiras que estão sobre o solo, tudo isso é distribuído pelo ar, sendo prejudicial ao ser humano, assim ocasionando problemas respiratórios.

Quando utilizamos uma cobertura verde como sistema construtivo para que ajude na diminuição da poluição e assim melhoembasado em pictogramma branco de fundo azul, ou branco e preto, sempre colocadas ao lado direito. (TORRES, 2006).

Devem ser colocados em locais de fácil visibilidade, geralmente em entradas áreas e vagas que são reservadas para o uso de pessoas com deficiência. (MONTENEGRO; SANTIAGO; SOUZA, 2009).

Como sinalização temos o piso tátil podendo variar em: alerta ou direcional, é

obrigatório os dois apresentarem cor e textura com a de outro piso, sua funcionalidade é para orientar deficientes visuais. (TORRES, 2006)

Segundo TORRES (2006, p.15), “a sinalização tátil no piso tem objetivo de guiar o fluxo orientar a direcionamentos nos percursos de circulação por partes de pessoas com deficiência.”

Calçadas

Para calçadas devem se adotar segundo a norma a largura de 1,50 m tendo como mínimo 1,20 m. (NBR 9050).

A calçada também deve ter algumas partes rebaixadas na devida altura para ter uma acessibilidade. (NBR 9050).

Estacionamentos

Em estacionamentos devem conter dois tipos vagas, uma para deficiente e outra para idosos, sendo que devem ser sinalizadas, e com calçadas rebaixadas corretamente. (NBR 9050).

Rampas

As rampas devem estar com a inclinação exigida pela norma, dependendo da altura a ser vencida, contendo corrimão e sinalização do início ao término da rampa. As rampas devem ter uma inclinação em relação aos limites encontrados na tabela 5 da NBR 9050. Em inclinação de 6,25% a 8,33%, obrigatório conter áreas para descanso nos patamares, a cada 50 m de percurso. (NBR 9050).

Escadas

Segundo a NBR 9050, as escadas devem ter espelho de 0,16m a 0,18m e o piso 0,28m a 0,32m, sua largura recomendável é de 1,50m e a mínima 1,20m, contendo corrimão e

guarda corpo em toda escada. Colocando patameres para descanso em uma distância de 3,20m, sempre que houver mudança na direção sua largura deve ter uma largura mínima de 1,20m. (NBR 9050).

Sanitários e vestiários

Devem ser acessíveis e sinalizados conforme a norma, para sanitários comuns e aberto ao público tem que conter no mínimo 5% do total de cada peça acessível. (NBR 9050).

Recomendam-se para lugares que haverá utilização de cadeirantes, e troca de roupa as dimensões mínimas de 0,80m de largura e 1,80m de comprimento e 0,46m de altura, com barras de apoio. (NBR 9050).

As barras de apoio devem suportar um esforço de em média 1,5KN independente do sentido, contendo um diâmetro de 3 a 4,5cm, estando fixadas em paredes em uma distância mínima de 4cm da face interna da barra. (NBR 9050).

As bacias sanitárias devem está em uma altura de 0,43m a 0,45m do piso acabado, e com o assento deve ter no máximo 0,46m. O acionamento da descarga deve está posicionado na altura de 1,00m, recomenda se que força para acionamento admissível de 23N. (NBR 9050).

Lembrando que os pisos devem ser antiderrapantes. (NBR 9050).

3. CONCLUSÃO

Pode se concluir através desse trabalho que há sim como deixar os lugares mais acessíveis, não é tão fácil, mas deve ser ter a conscientização, pois se trata do bem estar e do direito de ir e vir do proximo. Além de ser obrigatório obedecer a norma de acessibilidade para aprovação de projetos, pois assim se evita alguns transtornos como riscos de acidentes devido a falta de sinalização ou por calçadas com larguras mínimas incorretas ou não contendo rebaixamento para a facilitar para pessoas cadeirantes. Por fim a falta de acessibilidade acaba dificultando a vida de pessoas com insuficiência física, a acessibilidade deve estar presente em todos lugares seja em praças, estabelecimentos privados ou públicos e em todas as cidades. Sendo assim deve ser mais conscientização desde a concepção a

execução do projeto, pois a acessibilidade não é só um direito e sim uma inclusão a sociedade para pessoas com mobilidade reduzida, respeitando seus limites e o ajudando a ter melhor uma independência.

4. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. A. D. Proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência. Brasília: Corde, 2003.

ARQUITETOS ASSOCIADOS. Disponível em: . Acesso em: 04 agosto 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: **acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2004.

BALERA, V. M. R. P. **Guia prático de acessibilidade: critérios e especificações técnicas para avaliação de acessibilidade em edificações, mobiliário e espaços**. [S.l]: [s.n.], [2008?].

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. **Regulamenta as leis nº 10.084 e 10.098 e dá outras providências**. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o código de trânsito brasileiro. Disponível em: . Acesso em: 28 out. 2020.

BRASIL. Ministério das Cidades. Brasil acessível: **construindo a cidade acessível, 2. Brasília, DF, 2006. BRASIL. Ministério das Cidades. Brasil acessível: implementação do decreto nº5.296/04, 3. Brasília, DF, 2006.**

BRASIL. Ministério das Cidades. Brasil acessível: **implementação de políticas municipais de acessibilidade, 4. Brasília, DF, 2006.**

BRASIL. Ministério das Cidades. Brasil acessível: boas práticas em acessibilidade, 6. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Cartilha do censo 2012: pessoas com deficiência. Brasília, DF, 2010. Disponível em: . Acesso em 09 set. 2020.

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO. Disponível em: . Acesso em: 10 ago. 2020.

EXPRESSO PB. Disponível em: . Acesso em: 20 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Disponível em: . Acesso em: 25 set. 2014. MAPA TÁTIL. Sinalização universal. Disponível em: <<http://www.arcomodular.com.br/portugues/produtos/sinalizacao-tatil/mapas-tateis>>. Acesso em: 21 set. 2020.

MARROCOS, C. Calçadas em ladrilhos. Disponível em: . Acesso em: 13 set. 2020..

MONTENEGRO, N. G. S. D.; SANTIAGO, Z. M. P.; SOUSA, V. C. de S. Guia de Acessibilidade: espaço público e edificações. Fortaleza: SEINFRA-CE, 2009. NOVA IMPRENSA. Notícias. Disponível em: . Acesso em: 09 set. 2020.

PORTAL INCO. Disponível em: . Acesso em: 15 ago. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA. Prefeitura inicia construção de banheiro público na Praça Ferreira Pires. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Disponível em: <
<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/calçadas/index.php?p=37136>>. Acesso em 26 ago. 2020.

REPAROS E REFORMAS. Disponível em: <
<http://amreparosereformas.blogspot.com.br/2012/11/como-fazer-calçada-decimento.html>>. Acesso em: 23 set. 2020.

ROBALO A. Calçadas irregulares. Disponível em:. Acesso em: 24 ago. 2020.

SAAD, A. L. Acessibilidade: guia prático para o projeto de adaptações e de novas edificações. São Paulo: Pini, 2011.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Projeto calçada acessível: guia para projetos de espaço público. Rio de Janeiro: SMPDS, 2012.

SOLUÇÕES PARA CIDADES. Disponível em: . Acesso em: 24 ago. 2020.

TORRES, F. P. T. (Coord.). Guia de acessibilidade urbana edificações: fácil acesso para todos. Belo Horizonte: CREA-MG, 2006.

VESPÚCIO, J. C. Funerárias e Cemitérios Municipais. Disponível em: . Acesso em: 23 ago. 2020.